



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça-se

Publique-se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

A incomensurável tragédia vivida pelo Japão, na sequência do tsunami provocado pelo sismo ocorrido na passada sexta-feira, está a agravar-se dramaticamente com os sucessivos rebentamentos e colapsos técnicos ocorridos na central nuclear de Fucoxima. Trata-se de uma situação que pode vir a assumir proporções insustentáveis de tragédia nuclear, caso não seja possível controlar o arrefecimento dos quatro reactores desta central, ou com o agravamento das falhas detectadas noutras centrais.

Este acontecimento, sem precedentes e de difícil controlo, ocorrida num país onde todos reconhecem que impera uma cultura de prevenção e mitigação dos riscos, nomeadamente dos riscos sísmicos, muito superior ao que ocorre na maioria de outros Estados, deve levar todos os que se renderam ao nuclear, sem atender aos alertas lançados pelos ecologistas e anti-nuclearistas, a questionar os riscos e os custos, para a Humanidade e para o Planeta, desta opção e dos modelos de crescimento sustentados num forte consumo energético, alimentados em geral na opção nuclear.

Portugal, não tendo centrais nucleares, coabita, no entanto, com os riscos do nuclear, devido à proximidade das centrais nucleares espanholas, nomeadamente a central de Almaraz, localizada na província de Cáceres, a escassos cem

quilómetros da nossa fronteira.

Um caso de acidente grave nos reactores daquela central nuclear, teria impactos garantidos e gravíssimos no nosso país, tanto pela proximidade da fronteira, como pelo facto da central se localizar à beira do Tejo, rio ao qual vão parar as águas que promovem o arrefecimento dos seus dois reactores nucleares.

Estes factos e riscos são tanto mais preocupantes quanto a central nuclear de Almaraz apresentou sempre problemas de funcionamento, o que levou “Os Verdes” a questionarem o Governo sobre a questão, por várias vezes, nomeadamente em 2002 quando foi divulgado nas Cortes Espanholas um relatório do Conselho de Segurança Nuclear que referia várias coimas aplicadas a esta central por deficiências de funcionamento.

Por outro lado, e segundo informações de associações ecologistas espanholas, a barragem de Arrocampo, que garante o abastecimento de água para arrefecer o reactor, não foi construída segundo regras anti-sísmicas. Um rebentamento desta barragem, na sequência de um sismo, ou por qualquer outra razão, levaria à impossibilidade de garantir o caudal necessário para arrefecimento do reactor, tal como aconteceu em Fucoxima.

Face às questões acima expostas e considerando que os dois reactores da Central de Almaraz datam de 1981 e de 1983 e que a licença de funcionamento da Central expirava em 2010;

Solicito a S. Ex. O Presidente da Assembleia da República que, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, remeta ao Governo a presente Pergunta, de modo a que o Ministério da Administração Interna, me possa prestar os seguintes esclarecimentos:

Que mecanismos de segurança tem Portugal ao dispor, face a um eventual acidente nuclear em Espanha, designadamente em reactores que se localizam junta à nossa fronteira, como a central de Almaraz, em Cáceres? Em que tempo útil seriam

accionados e que previsão de eficácia se lhes atribui?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 16 de Março de 2011

Deputado(a)s

Heloísa Apolónia(PEV)